



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

131

MARÇO 2012



FILIADO À **CONDSEF**



25 DE ABRIL

O funcionalismo público

VAI PARAR

O direito de greve e as
contradições do PT

Pg. 02

Reajuste da GEAP
não cabe no bolso dos
trabalhadores

Pg. 05

Contra os planos de
austeridade, espanhóis
mostram o caminho!

Pg. 03

Giro nos órgãos:
MTE, IBAMA, INCRA,
FUNDACENTRO E SPU

Pgs. 06-07

Congresso da CSP-
Conlutas e Plenária da
CONDSEF

Pg. 08



O direito de greve e as contradições do PT

O funcionalismo público se prepara para uma greve nacional unificada. É possível imaginar o que teremos pela frente. Tivemos uma recente amostra de como o PT, agora no poder, lida com as greves. No movimento da polícia na Bahia, os trabalhadores foram tratados como bandidos pelo governador petista Jaques Wagner e pela presidente Dilma Rousseff. O governo federal chegou a enviar tropas do exército para sitiá-los os grevistas. E depois dizem que o governo do PT não criminaliza os movimentos sociais...

Não podemos nos esquecer de que o governo tentou declarar ilegais as greves do Ministério do Trabalho e do Ibama em 2010. Essa postura, entretanto, não nos surpreende. Após oito anos de governo Lula, com suas "mesas de enrolação" e o crescente assédio moral na administração pública, sabíamos que com Dilma não seria diferente. Uma coisa está muito clara: o PT foi incapaz de imprimir ao país uma mudança estrutural que nos tirasse da rota imposta pelo neoliberalismo. Agora, os trabalhadores pagam o pato.

O neoliberalismo é hegemônico no Brasil há duas décadas. Desde então, o capital busca desesperadamente desmontar a legislação trabalhista. Embora ainda não tenha conseguido alterar a CLT, consegue precarizar as relações de trabalho por meio de subterfúgios como a terceirização. Enquanto isso, tramita na Câmara a Proposta de Emenda Constitucional 369/2005, que altera a legislação sindical no país, atacando a liberdade e autonomia sindical dos trabalhadores. O que o capital pretende é quebrar a

resistência da classe trabalhadora antes de dar o golpe decisivo: a reforma trabalhista.

Em vez de fazer o enfrentamento a essa política, boa parte do movimento sindical abandonou a luta classista. Resignou-se a negociações pontuais e acordos rebaixados. Topa negociar inclusive a supressão de direitos, como aconteceu na Reforma da Previdência de 2003. Talvez um dos poucos aspectos da legislação trabalhista do qual essas entidades não abram mão seja o famigerado imposto sindical. No governo Lula, as centrais sindicais foram premiadas com o repasse do imposto. Em 2010, a CUT recebeu R\$ 27,3 milhões e a Força Sindical, R\$ 23,6 milhões.

Convertido em partido da ordem, o PT se comprometeu com pressupostos neoliberais. Não à toa, tornou-se intransigente com as greves. Além da criminalização do movimento da polícia baiana e das ações judiciais contra as greves do MTE e Ibama, o governo tem perseguido os sindicalistas combativos. Isso já aconteceu com diretores do Sindsef/SP.

A maioria das entidades representativas do funcionalismo ainda é ligada à CUT. Não estão dispostas, portanto, a questionar o modelo econômico vigente. E, sem esse questionamento, não sairemos da política de arrocho salarial, sucateamento do serviço público e ataque aos nossos direitos. Mas apostamos na força da base para empurrar essas entidades à luta, tal como fazem os trabalhadores da Europa. É isso o que está em jogo na Campanha Salarial 2012.

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP

PRESTAÇÃO DE CONTAS - FEVEREIRO 2012

SALDO INICIAL	R\$ 112.618,87
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 190.057,84
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede e núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 20.227,71
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, V.R., V.T etc.)	R\$ 54.910,11
SINDICAL (Hospedagens, locação de veículos, viagens, reunião de diretoria, cursos/palestras, doações etc.)	R\$ 19.218,82
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 30.583,45
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 7.437,90
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 3.774,33
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 19.560,32
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc)	R\$ 4.003,50
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 3.345,60
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 163.061,74
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 26.996,10
SALDO FINAL	R\$ 139.614,97

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Assembleias

O Sindsef-SP realiza assembleias nos órgãos, de 30 de março até a segunda quinzena de abril, para discutir assuntos referentes à Campanha Salarial 2012 e o eleições de delegados para o Congresso da CSP-Conlutas. Além disso, a pauta aborda informes gerais, questões específicas de cada órgão e encaminhamentos.

Errata

Na página 07 da última edição, nº130, afirmamos que o Seminário dos Servidores da Funasa aconteceu no dia 29 de fevereiro, no entanto, o evento foi realizado no dia 10 de fevereiro.



Contra os planos de austeridade, espanhóis mostram o caminho!

Cerca de 10,4 milhões de pessoas fizeram greve geral em mais de cem cidades da Espanha. Segundo as centrais sindicais, a paralisação teve adesão de 77% dos trabalhadores, sendo 97% na indústria, transportes e construção e 57% da administração pública. Só em Madrid manifestaram-se 900 mil pessoas, 800 mil em Barcelona, 250 mil em Valência. Os manifestantes pediram a abertura de negociações para alterar o pacote de reformas trabalhistas e deram prazo até o dia 1º de Maio para que o governo recue, caso contrário, haverá uma ampliação das formas de luta.

A greve demonstrou o grande descontentamento social com as medidas de austeridade do governo, que cortou 35 milhões de euros no orçamento em apenas um ano, colocando em perigo o Estado de bem-estar social e a viabilidade dos serviços públicos. O objetivo do governo é reduzir o déficit público espanhol de 8,5% em 2011 para 5,3% em 2012.

Além disso, a duríssima reforma trabalhista do governo espanhol prevê, entre outras medidas, congelar o salário mínimo e os salários dos servidores públicos. As leis trabalhistas seriam modificadas para favorecer os grandes empresários, permitindo que as empresas re façam acordos coletivos,

que tenham maior flexibilidade para ajustar horários de trabalho e salários dos trabalhadores. Possibilitaria, ainda, baratear e facilitar as demissões, eliminando multas e indenizações trabalhistas.

O país já possui uma taxa de desemprego recorde de 22,85%, que castiga especialmente os jovens com menos de 25 anos (48,6%). Os manifestantes consideram que a reforma só facilitará novas demissões. O próprio governo admitiu a destruição de 630 mil empregos em 2012 e um desemprego de 24,3% no fim do ano. Portanto, motivos não faltam para os trabalhadores espanhóis saírem às ruas.

A greve espanhola expressa uma crescente mobilização social no país. Manifestações ocorrem praticamente todas as semanas. No dia 11/03, por exemplo, mais de meio milhão de espanhóis saíram às ruas em mais de 60 cidades.

A greve na Espanha acontece uma semana depois da greve em Portugal, onde os planos de austeridade também só ajudam os grandes empresários e banqueiros, aprofundando as desigualdades sociais e o desemprego. Portugal realizou sua segunda greve geral num período de apenas quatro meses devido ao aumento recorde do desemprego, cortes de salário, cortes na saúde e educação, aumento

de impostos e tarifas, aumento da pobreza, tudo isso para cumprir a meta de reduzir o déficit e pagar a dívida com os bancos. Foi uma greve forte em alguns setores, principalmente nos transportes.

As mobilizações mostram que em ambos os países já existem condições de uma greve por tempo indeterminado. A realização de ações comuns, com mobilizações simultâneas, pode levar o conjunto dos trabalhadores europeus a uma greve geral unificada em todo o continente. Ao que tudo indica, este é o único caminho possível para impedir os ataques ao conjunto da classe trabalhadora.

Brasil: Crise na base governista

O tom de austeridade do governo desaparece completamente quando o assunto é aprovação de projetos de lei de seu interesse. O governo liberou milhões em emendas parlamentares para que, finalmente, fosse aprovada na Câmara a Lei Geral da Copa, que estava emperrada por conta da crise da base aliada. O mesmo operativo se deu em relação à aprovação da aposentadoria complementar dos servidores. Poucas horas depois de o Senado ter aprovado o projeto de lei que privatiza a previdência dos trabalhadores do setor público, o governo Dilma anunciou que abrirá os cofres para essas emendas.

O governo começou a demons-

trar preocupação após uma série de derrotas sofridas, começando com a vitória dos ruralistas na definição de que cabe ao Congresso legislar sobre a demarcação das terras indígenas; a não-votação da Lei Geral da Copa e do Código Florestal; o convite para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, falar sobre a Casa da Moeda; e a convocação da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para explicar porque não haverá concursos públicos neste ano.

A crise obrigou o governo inclusive a realizar trocas nas lideranças do governo na Câmara e no Senado. O próprio ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da Repúbl-

ca, Gilberto Carvalho chegou a dar declarações dizendo que o governo vivia um momento tenso na relação com a base aliada, quando foi rejeitada a recondução de Bernardo Figueiredo para a diretoria-geral da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

A rebelião foi conduzida, em especial, pelo PMDB, depois de deputados do partido assinarem um manifesto com críticas e cobranças ao governo. Apesar de ser aliado nacional do PT, o partido se juntará à oposição ao Governo Dilma Rousseff em 12 capitais nas eleições de outubro, com objetivo de manter o maior número de prefeitos e vereadores no país.

A crise na base se estendeu também ao PDT, insatisfeito desde a sa-

ída de Carlos Lupi do Ministério do Trabalho, que resolveu adotar uma posição de "independência" ao governo. O partido chegou a cogitar a hipótese de repetir a decisão tomada pelo PR, que após perder o comando do Ministério dos Transportes, decidiu ir para a oposição, mas recuou, preferindo uma posição mais "branda".

Estes conflitos não significam uma ruptura entre os que governam o país. Traduzem-se apenas em moeda de troca, utilizadas descaradamente para aprovar projetos que atacam os trabalhadores e retiram seus direitos. O PT não governa para os trabalhadores, mas sim para aqueles que até hoje se perpetuam no poder, os banqueiros, os latifundiários e os grandes empresários.

Funcionalismo público vai parar no dia 25 de abril

Intransigência do Governo Dilma faz categoria cruzar os braços e protestar

Milhares de servidores públicos federais realizaram marcha em Brasília na manhã do dia 28/03. A manifestação reuniu aproximadamente 4 mil trabalhadores de todo o país.

Com bandeiras, faixas, cartazes e palavras de ordem, os manifestantes reivindicaram reajuste salarial e fixação da data-base em 1º de Maio. Também pressionaram o governo a retirar da pauta do Congresso Nacional os Projetos Complementares (PLC) que subtraem direitos dos servidores públicos, como PLP 549/09, que congela os salários por 10 anos, e o PLC 2/2012, que cria o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais, o Funpresp.

Em frente ao Ministério do Planejamento aconteceu um grande

ato político. Houve intervenções de representantes de várias entidades, entre elas, a CSP-Conlutas que chamou a unidade no funcionalismo público e frisou a importância de estender essa unidade também aos trabalhadores do serviço privado e dos movimentos popular e estudantil. As diversas intervenções das entidades apontaram para a necessidade de construir uma forte paralisação no dia 25 de abril.

Os participantes permaneceram em vigília no local enquanto aguardavam os desdobramentos da reunião entre Fórum de Entidades Nacionais que compõem a Campanha Salarial 2012 e Sergio Mendonça, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), cujo discurso permanece sendo o de austeridade fiscal e contenção de gastos.

Paralisação nacional de 24h

A reunião realizada no dia 28/03 era para Sérgio apresentar respostas às reivindicações, protocoladas quando ele foi apresentado como substituto de Duvanier Paiva no ministério. As entidades cobraram retorno sobre a política salarial, recomposição linear de 22,08%, estabelecimento da data-base para 1º de maio e, também, sobre vários benefícios sociais – já discutidos em outros encontros e que há muito estão defasados.

Porém, não houve avanço no debate de nenhum dos pontos. Apesar de Sérgio Mendonça reconhecer a legitimidade de várias reivindicações, foi enfático ao afirmar que não existe possibilidade de conceder nenhum reajuste em 2012. Segundo o secretário, a política do governo vai ser de negociar nas mesas setoriais, acenando com possíveis correções de distorções entre as carreiras, mas sem qualquer concessão no campo geral.

Por isso, tentou marcar a próxima reunião de negociação somente para maio.



Foto: Fábria Corrêa

Neste intervalo, realizaria encontros com alguns setores. “Mais uma vez o governo aposta na divisão do movimento”, avaliou Paulo Barela, da CSP-Conlutas.

Devido à pressão das entidades, Sergio Mendonça recuou e agendou nova rodada de negociações no dia 24/04, véspera do Dia Nacional de Paralisação dos servidores.

“As entidades deixaram a reunião com o posicionamento de fortalecer o dia 25, fazer uma greve nacional de 24h que impacte publicamente e que traga à tona o drama que vive o servidor público hoje”, falou Barela.



Foto: Fábria Corrêa

PL 2203

Em relação ao problema dos adicionais de periculosidade e insalubridade o governo foi taxativo, “estamos convencidos que a alteração em relação aos adicionais de periculosidade e insalubridade é uma proposta de melhoria, e por isso não vai mudar”, afirmou Sérgio Mendonça, durante entrevista concedida ao final da reunião com o Fórum das Entidades. “Se os trabalhadores quiserem levem a discussão para a

audiência pública, mas o governo está confiante que seja aprovado no Congresso Nacional”, finalizou.

A alteração muda a forma de concessão de percentual sobre vencimento básico para uma tabela escalonada com valores fixos, que ao longo do tempo vai ficando defasada e praticamente reduz os valores a quase nada.

Mesmo quando Mendonça reconhece que o PL 2203 tem erros, como no caso das Escolas

Técnicas – base organizada pelo Sinasef, onde foram deixados de fora os docentes dos ex-territórios e os docentes das escolas militares – alega que não há recursos financeiro, não há dotação orçamentária para este ano e que, portanto, essa correção só poderá ocorrer no ano que vem.

Fica claro para o funcionalismo que não resta outra alternativa, para barrar os ataques, que não seja a intensificação das formas de luta.

PLC 02/2012

O PLC 02/2012 (ex-PL 1992/07), que trata da privatização da aposentadoria do funcionalismo público foi aprovado no Senado ao mesmo tempo em que um seminário debatia o tema com centenas de servidores, no Auditório Petrônio Portela, logo após a Marcha em Brasília, no dia 28/03.

A criação do Funpresp transferirá recursos do Estado para os mercados financeiros e de capitais. De acordo com o texto aprovado, serão criadas entidades fechadas de previdência privada para cada um dos três poderes.

Segundo pesquisa da professora e Doutora Sara Granemann, UFRJ, a previdência complementar também é uma maneira encontrada pelo sistema capitalista de fazer com que o trabalhador ceda parte de seu salário para o próprio sistema.

A aprovação do PLC 02/2012 no Senado foi fortemente contestada por entidades de servidores. Agora que o PLC segue para sanção presidencial e pode-se dizer que não está em boas mãos. Com base em informações do Correio Braziliense, na sessão do Congresso Nacional que marcou a abertura dos trabalhos legislativos em 2012, ele já aparecia entre os primeiros da lista dos projetos que a presidenta Dilma Rousseff quer ver aprovados este ano.

Mais um ataque do governo que só tem chance de ser revertido se houver um forte processo de mobilização dos servidores.

REAJUSTE DA GEAP não cabe no bolso dos trabalhadores

Um reajuste abusivo foi aprovado pela Geap. Com a nova tabela, o plano GeapSaúde individual passa a cobrar no mínimo R\$ 165,00, com teto de R\$ 525,00. Já no plano familiar o piso será de R\$ 525,00, mais R\$ 95,00 por dependente, com teto de R\$1.150,00. Em uma simulação, um credenciado, que recebe 4 mil reais e possui dois dependentes, hoje paga R\$ 315,00, vai passar a pagar R\$ 715,00, ou seja, R\$ 525,00 (piso) e R\$ 95,00 por dependente.

Quem não quiser (ou não puder) pagar esse absurdo, se vê obrigado a migrar para um plano inferior oferecido pela própria fundação.

A Geap alega que o reajuste foi estabelecido para resolver problemas de caixa da fundação, que acumula um déficit superior a 300 milhões de reais. “Toda empresa precisa tirar dinheiro de algum lugar. De onde a gente vai tirar?”, perguntou Dr. Carlos Célio, diretor executivo da Geap, em reunião do conselho regional da entidade, realizada em São Paulo, no dia 19/03.

A solução encontrada foi transferir todo o ônus para os trabalhadores, já que o valor pago pelo governo não teve alteração. O repasse das patrocinadoras varia de R\$ 70,00 a R\$ 120,00 por beneficiário, e está congelado há dois anos. Enquanto isso, o trabalhador tem que arcar com um aumento de mais de 100%.

O valor pago pelo governo à Geap em 2011 foi de aproximadamente 470 milhões de reais. Entretanto, o governo federal destinou, no mesmo período, mais de 500 bilhões para o pagamento de juros e encargos da dívida pública. Na prática, significa que a política do governo de Dilma prioriza a saúde dos grandes

bancos, em detrimento da saúde dos trabalhadores.

É inaceitável que a categoria, que não recebe aumento real há cerca de 16 anos, tenha que pagar mais esta conta.

Prestação de serviços

Vale destacar que o serviço da Geap não é dos melhores e não é aceito em muitos hospitais. Por conta disso, trabalhadores chegam a não ser atendidos, mesmo em caso de urgência, como aconteceu com o ex-secretário de recursos humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, que faleceu depois ter o atendimento médico negado porque não tinha um cheque-caução. Os hospitais Santa Luzia e Santa Lúcia não aceitaram a GEAP. O caso merece ser lembrado como exemplo de que a mercantilização e privatização da saúde pública prejudica a vida dos trabalhadores, causando até a morte.

Além disso, o “produto” que está sendo vendido é uma Geap diferente da conhecida pelos usuários. Durante a reunião do Conselho, em diferentes falas ficou evidente o alto grau de insatisfação e as dificuldades encontradas pelos assistidos. “Academia, UTI móvel, Home Care? Onde estão estes serviços? Na verdade nem dentista, nem ginecologista atendem pela Geap, em algumas cidades”, cobrou uma servidora aos representantes da instituição.

Jurídico

O Departamento Jurídico do Sindsef-SP está estudando medidas cabíveis para recorrer deste aumento tão prejudicial aos trabalhadores.



Giro nos Órgãos

Pescando com rede de malha fina



Diariamente somos surpreendidos com notícias sobre irregularidades descobertas em vários setores do Governo. Todos os dias vêm a tona casos de corrupção, favorecimentos em licitações, administrações irregulares, assédio moral e outros crimes que trazem, no mínimo, grandes prejuízos aos cofres públicos.

As notícias que chegam até nós, geralmente envolvem operações realizadas no alto escalão do Governo e acabam ganhando a mídia por questões de interesse. Os chamados "peixes grandes" pegos nas investigações jornalísticas rendem matérias de grande impacto.

Essas notícias, sem dúvida, prestam grande serviço à sociedade, principalmente quando os casos são levados em frente como, por exem-

plo, as denúncias que derrubaram vários ministros do governo Dilma. Mas o que pretendemos com a nova sessão "GIRO NOS ÓRGÃOS" é revelar também, atos irregulares cometidos pelos "peixes menores", que não são divulgados na mídia por serem tratados como assuntos de pequeno grau de interesse.

Os malefícios causados por irregularidades cometidas no "segundo escalão" podem parecer de pequeno impacto na administração, mas quando somados, revelam a destinação indevida de milhares de reais todos os dias.

Acompanhe esta seção e descubra como parte dos recursos do governo, destinados aos órgãos filiados ao SINDSEF-SP, são mal empregados pelos administradores do segundo escalão.

IBAMA

Perseguições e descaso com os servidores

O Sindsef-SP está com os fiscais do Ibama enfrentando as dificuldades geradas com o polêmico episódio da fiscalização realizada no Porto de Santos, em julho de 2010. Primeiro foram afastados de suas funções e transferidos para o setor de Passeri Formes, pela então Superintendente. Coincidentemente foram vítimas de abertura, injustificada, de Processos Administrativos Disciplinares (PADs).

Enquanto gastam dinheiro com PADs infundados, deixam de fazer investimentos necessários para o desenvolvimento do trabalho. Por exemplo, na superintendência do IBAMA/SP vários banheiros estão interditados, obrigando os servidores a se deslocarem de um andar para outro até acharem um funcionando. Um desrespeito ao ambiente do trabalho, evidenciando o descaso com os servidores.

Outro problema é o descumprimento

da orientação do Ministério Público, que fez um termo de ajustamento de conduta (TAC) onde previa a substituição das terceirizações até dezembro de 2010. O governo autorizou a realização de concurso para nível intermediário em 2012, para preenchimento de 300 vagas em todo o país. Segundo o diretor Carlos Daniel Toni, servidor da autarquia, "este número de vagas é insuficiente e não atende nem 1/3 da demanda do órgão".

Rio+20

Os servidores do Ibama/SP querem saber qual política ambiental será apresentada pelo governo na Rio+20. Até o momento os executores desta política não discutiram sua aplicação, mostrando que não há gestão democrática do meio ambiente.

Será possível que o IBAMA só vai servir para conceder licença para os PACs da Copa?

MTE

Servidores pedem regulamentação das 30 horas

O Sindsef-SP encaminhou ao MTE requerimento administrativo solicitando a fixação da jornada de trabalho em 30 horas semanais, de acordo com o artigo 3º, do Decreto 1.590/95. O artigo prevê jornada ininterrupta de 12 horas, com dois turnos de 6 horas, aumentando, assim, o horário de atendimento a população, como já vem sendo praticado nos estados de MG e RJ.

Em visita a SRTE/SP, o ministro interino do MTE, Paulo Roberto Pinto, afirmou que aprovaria qualquer requerimento que recebesse sobre esta questão, pois não existe política de privilegiar nenhum estado.

A diretoria do Sindsef-SP espera brevemente uma resposta positiva a esta solicitação. Mas, continuará a pressionar o governo pela extensão das 30 horas para todos e não apenas para os setores de atendimento.

Acordo de greve

O Sindsef-SP voltou a solicitar à Condsef revisão do acordo assinado com o Governo, referente a greve de 2010, que obriga os servidores a tra-

balharem horas a mais por aproximadamente 2 anos. Ou seja, uma punição por exercerem o legítimo direito de greve. O acordo assinado não traz nenhum mecanismo que force o governo a cumprir sua parte nas questões salariais firmadas com os representantes da categoria.

A diretoria solicitou, ainda, o agendamento de reunião com a presença da Condsef, do Sindsef-SP e da cúpula do Ministério do Trabalho e Emprego, para tratar destas e de demais questões.

Ponto eletrônico

Não bastasse todo sucateamento: sobrecarga de serviço, carga horária excessiva e esvaziamento do órgão, está cada vez mais próxima a implementação do ponto eletrônico, medida que contrasta com a falta de iniciativa do governo em resolver os problemas das condições de trabalho.

O Sindsef continua aguardando resposta do judiciário referente à ação judicial para apurar possíveis ilegalidades na compra destes equipamentos.

INCRA

MPF processa ex-dirigente do Incra

O ex-superintendente do Incra /SP, Raimundo Pires Silva, e o presidente da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária de Iaras (Cocafi), Miguel da Luz Serpa, coordenador do Movimento dos Sem-Terra (MST), foram acionados judicialmente por improbidade administrativa pelo Ministério Público Federal (MPF), devido a desvios e má aplicação de recursos públicos na execução de convênio no Assentamento Fazenda Maracy.

Segundo a denúncia, a cooperativa vendeu madeira existente no assentamento e o dinheiro, que deveria ser aplicado na infraestrutura dos lotes, desapareceu. O MPF quer a devolução dos valores supostamente desviados.

De acordo com o MPF, o Incra/SP autorizou a Cocafi a cortar e vender 920 mil pés de eucalipto existente no assentamento. Os 70,8 mil m³ de madeira que deveriam ser vendidos a R\$ 77 o metro, foram vendidos por apenas R\$ 26. Além disso, foi constatado um erro grotesco: as NFs de venda tinham sido emitidas entre 30/11/2008 e 31/05/2009, porém a impressão dos talões ocorreu somente em junho de 2009.

Também foram acionados Guilherme Cyrino Carvalho, supervisor de convênio do Incra, e a própria Cocafi. Vale ressaltar, que Guilherme não é servidor de carreira, seu cargo é comissionado e foi uma indicação política do PT.

*Com informações da Agência Estado

SPU

Servidores da SPU/SP reivindicam melhores condições de trabalho

Os servidores lotados na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) enfrentam sérias dificuldades para cumprir suas atribuições.

Instalações físicas em péssimas condições de conservação, insuficiência de recursos humanos e materiais, computadores obsoletos e ausência de plano de carreira específico estão entre os principais problemas relatados.

A categoria aguarda anos a fio pela implementação do plano de carreira. Apesar dos diferentes go-

vernos, a política é sempre a mesma, os servidores sendo jogados para escanteio. A ausência de um plano de carreira desmotiva os servidores e contribui para o alto índice de evasão existente.

O número insuficiente de profissionais qualificados e comprometidos traz sérios prejuízos aos cofres públicos, pois afeta diretamente na arrecadação. Sem contar que grande parte da mão de obra da SPU/SP está perto de se aposentar, o que vai piorar drasticamente a realidade do

setor.

No final de fevereiro, a Secretária Paula Mota Lara visitou a SPU/SP. Na ocasião, o Sindsef-SP entregou uma carta cobrando posicionamento sobre temas que afligem os servidores. Segundo eles, Paula estaria declinando da ideia de criar o plano de carreira específico para o órgão. "Sem plano de carreira como podem conviver em harmonia pessoal as que fazem o mesmo trabalho mas, muitas vezes, ganhando o triplo uma da outra?", questiona um servidor.

Um mês depois ainda não foi apresentada nenhuma resposta aos questionamentos dos servidores.

Existe algo sendo feito ou pensado para evitar o desmonte da SPU?

Até quando servidores serão tratados com tanto descaso?



Foto: Fábio Corrêa

FUNDACENTRO

Carros oficiais são utilizados de forma irregular

Após receber informações de que os carros oficiais da Fundacentro estavam sendo usados indevidamente pela procuradora chefe, o Sindsef-SP apresentou denúncia ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal.

Entre várias irregularidades no uso dos carros oficiais, o que chamou a atenção foram os trajetos realizados para endereços de clínicas médicas, laboratórios, concessionárias de veículos, bancos e outros locais.

Em 31/08/2011, por unanimidade, os ministros do TCU consideraram a denúncia procedente e determinaram, por meio do Acórdão 2375/11, que o uso de veículos oficiais da entidade ficasse restrito às necessidades de trabalho.

Já o MPF, em ofício enviado ao Sindsef-SP comunicou o arquivamento do procedimento por entender que as informações prestadas pelo presidente da Fundacentro, Sr. Eduardo de Azeredo Costa "justificam o

uso de veículos oficiais nas situações elencadas e afastam, em princípio, a ocorrência de quaisquer irregularidades".

Justificativas inusitadas e afirmações com pernas curtas

O presidente da Fundacentro declara que a maior parte dos trajetos realizados pela procuradora chefe, "são feitos para centros médicos, clínicas, hospitais, locais onde trabalham médicos, com quem a procuradora precisa se reunir para tratar de assuntos da instituição, cujo objetivo é saúde e segurança no trabalho".

Sobre os trajetos que a procuradora fez para sua residência o presidente justifica que "tinham como objetivo levar ou retirar processos administrativos ou judiciais que a servidora transportava para sua casa".

Outro ponto interessante é em relação às visitas a bancos.

Segundo o Sr. Costa "foram feitas para tratar de questões relacionadas a solicitações que a Fundacentro recebe do Ministério Público do Trabalho de proceder à avaliação ergonômica de postos de trabalho em algumas instituições, tais como bancos, Mc Donalds, Metrô, com fundamento na NR 17 da Portaria 3214/1978".

O Sindsef não concordou com o arquivamento do processo e impetrou recurso questionando as declarações do presidente, exigindo provas com resultados das visitas, atas de reuniões e outros documentos que comprovem, de maneira clara e objetiva, a necessidade real do uso de carros oficiais nessas demandas.

O MPF desarquivou o procedimento e notificou a Fundacentro dando prazo de dez dias para de manifestar.

Vamos acompanhar os acontecimentos. Essa história não acaba aqui...

Fazendo uma conta rápida:

O salário médio de um Procurador Federal com encargos é aproximadamente R\$ 27.500,00 (R\$ 917,00 por dia, R\$ 114,70 por hora).

O salário mensal de um motorista terceirizado com encargos é cerca de R\$ 5.500,00 (R\$ 183,33 por dia, R\$ 22,92 por hora).

Somente as idas da procuradora até o escritório dos seus advogados particulares (foram 11 requisições) custaram para a Fundacentro: R\$ 2.594,00 (20 horas de salário de procurador) + R\$ 527,00 de salário do motorista (23 horas), totalizando R\$ 3.121,00. O prejuízo é ainda maior se for computado os gastos com combustível, custos de manutenção do carro oficial e outras despesas que essas viagens geraram.

Foram mais de cem requisições de veículos para fins particulares emitidas no período de 2008 a 2011.

Faça sua parte: DENUNCIE!

É praticamente impossível calcular o tamanho do prejuízo causado por essas irregularidades - tão graves quanto às grandes - cometidas diariamente pelo segundo escalão, em todos os órgãos públicos. Mas dá para ter uma ideia que o prejuízo é grande e precisa ser combatido.

Se você tiver conhecimento de alguma irregularidade no órgão onde trabalha, fale com o SINDSEF-SP e denuncie!

Vamos apurar e exigir providências dos órgãos de fiscalização, em busca de administrações decentes e comprometidas com a coisa pública.



1º Congresso da CSP-Conlutas deve avançar na ORGANIZAÇÃO DE BASE

Faltam poucos dias para o 1º Congresso da CSP-Conlutas, marcado para o final de abril, na Estância Árvore da Vida, na cidade de Sumaré/SP. Os preparativos estão a todo vapor. Leia as teses e contribuições que irão nortear os debates, além de outras notícias sobre o evento, no site do congresso (www.congressocspconlutas.org).

O Sindsef-SP realiza assembleias na base para eleger seus representantes e irá fechar a delegação durante assembleia geral estadual da categoria, dia 14 de abril, sábado, às 14h, na sede do sindicato (Rua Capitão Cavalcanti, nº 102, Vila Mariana).

Conversamos com Sebastião Carlos Pereira Filho, o Cacau, membro da Secretaria Executiva Nacional da Central e um dos responsáveis pela organização do congresso.

1º CONGRESSO NACIONAL

O futuro é tão grande... Vamos de mãos dadas.

AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO DE BASE

Dias 27 a 30
de abril de 2012

Estância Árvore da Vida, Sumaré/SP | Brasil



Jornal do Sindsef/SP: Passados dois anos de sua fundação, qual o balanço você faz da Central?

Cacau: Apesar de ser uma central em construção e ainda minoritária no movimento, nestes dois anos tivemos uma atuação de gente grande. Dirigimos ou participamos de grandes greves, ocupações e diversas mobilizações em todo o país. Em diversas disputas sindicais a CSP-Conlutas saiu vitoriosa. Internamente a central é muita viva e cada vez mais participativa com grandes debates nas nossas coordenações nacionais. Enfim, considero que o balanço é bastante positivo.

Sindsef: Qual a sua expectativa no aspecto dos debates que ocorrerão no congresso?

Cacau: Teremos um debate muito rico. A começar pela questão da organização de base, um dos temas centrais do congresso. Além disso, as grandes mobilizações que estão ocorrendo em todo o mundo, a retomada das greves em nosso país, a necessidade de organizar a luta contra os crimes da copa e a resistência aos despejos, apontam que os debates vão armar a central para

os próximos enfrentamentos.

Sindsef: Qual a importância da discussão sobre organização de base?

Cacau: Este debate é fundamental para que a CSP-Conlutas tenha um forte enraizamento nos locais de trabalho, moradia e nas escolas. É isso que vai possibilitar uma atuação cada vez mais sintonizada com as necessidades dos trabalhadores e ainda nos permitirá um efetivo combate à burocratização, que é uma chaga que opera indistintamente sobre todas as organizações e nós não estamos imunes a isso.

Sindsef: Como está a preparação do congresso?

Cacau: Do ponto de vista político já realizamos um seminário nacional sobre organização de base e fizemos nas últimas reuniões da Coordenação Nacional debates que aprofundaram temas como as reformas urbana e agrária, criminalização dos movimentos, opressões, saúde do trabalhador e ainda a conjuntura internacional e nacional. Além disso, temos 11 teses e textos de contribuições inscritos e as assembleias de eleição dos dele-

gados já começaram. Do ponto de vista organizativo estamos com as coisas bem encaminhadas no marco do que é organizar um congresso para dois mil e quinhentos delegados e toda a infra que isso envolve. Além disso, será parte do Congresso a realização de um grande Ato Nacional do 1º de Maio, dia do trabalhador, na cidade de São Paulo. Isso também envolve um esforço político e logístico muito grande.

Sindsef: Pra terminar, qual recado você deixa aos companheiros da base do Sindsef/SP?

Cacau: Todos os trabalhadores brasileiros, mas em especial os servidores, podem ter certeza de que este congresso será uma importante ferramenta para potencializar as nossas lutas. Os servidores, que estão em meio a sua campanha salarial e ao processo de resistência aos ataques do governo aos seus direitos, terão nas resoluções e encaminhamentos do congresso um importante ponto de apoio para as suas mobilizações. Contamos com uma presença massiva de servidores no 1º congresso da CSP-Conlutas.

Plenária da Condsef



Entre os dias 12 e 15 de abril, no Hotel DiRoma, localizado na Cidade de Caldas Novas/GO, será realizada a Plenária Estatutária da Condsef. O Sindsef-SP participa com uma delegação eleita nas assembleias de base.

A Plenária ocorre em momento muito importante, pois também, definirá os encaminhamentos que irão nortear a Campanha Salarial 2012 dos Servidores Públicos Federais no próximo período.

O Sindicato contribuiu para o debate com a inscrição de uma tese onde propõem importantes alterações no estatuto, visando fortalecer a construção de uma confederação autônoma, classista e de luta.

A tese aborda os seguintes temas:

- Eleição direta na base, com voto secreto, para direção nacional da Condsef;
- Mandato único de três anos sem reeleição;
- Eleição dos /departamento na base por setor;
- Fim da contribuição diferenciada para entidades não filiadas à CUT.